

DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO A APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017.

Ord.



CARREGAL DO SAL
Câmara Municipal

**CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL,
REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2018**

“INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

INVENTÁRIO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

**17. INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO
E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, BEM COMO OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO
DE 2017 - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Foram presentes, na reunião, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, bem como os documentos de prestação de contas, relativos ao ano de dois mil e dezassete, integralmente elaborados nos termos da Resolução do Tribunal de Contas número quatro barra dois mil e um, de dezoito de agosto, alterada pela Resolução número seis barra dois mil e treze, segunda secção, de vinte e um de novembro e da Resolução número quarenta e quatro barra dois mil e quinze, de vinte e cinco de novembro e do artigo quinquagésimo primeiro, alínea m) e quinquagésimo segundo da Lei número noventa e oito barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na redação dada pela Lei número vinte barra dois mil e quinze, de nove de março.

Os documentos atrás mencionados, referentes ao período de um de janeiro a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, consideram-se integralmente reproduzidos nesta ata, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados, pelo que serão devidamente arquivados em pasta própria, sendo que a prestação de contas apresenta os saldos seguintes:—

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR: Em numerário – €2 976 116,61 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e dezasseis euros e sessenta e um centimos), sendo do



Município €2 878 007,82 (dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil e sete euros e oitenta e dois cêntimos), e de Operações de Tesouraria €98 108,79 (noventa e oito mil, cento e oito euros e setenta e nove cêntimos). _____

_____ RECEITAS ORÇAMENTAIS: CORRENTES – €6 119 318,32 (seis milhões, cento e dezanove mil, trezentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos), de CAPITAL – €717 227,84 (setecentos e dezassete mil, duzentos e vinte e sete euros e oitenta e quatro cêntimos), e OUTRAS – € 10 863,54 (dez mil, oitocentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro cêntimos), que perfaz um TOTAL de €6 847 409,70 (seis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e nove euros e setenta cêntimos). _____

_____ ENTRADAS E SAÍDAS DE FUNDOS NAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA – COBRANÇA PARA TERCEIROS E RESPETIVOS PAGAMENTOS. _____

_____ ENTRADAS: €569 934,41 (quinhentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e quarenta e um cêntimos), SAÍDAS €510 127,17 (quinhentos e dez mil, cento e vinte e sete euros e dezassete cêntimos). _____

_____ DESPESAS ORÇAMENTAIS: CORRENTES – € 4 998 998,24 (quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e oito euros e vinte e quatro cêntimos), de CAPITAL – € 2 083 197,02 (dois milhões, oitenta e três mil, cento e noventa e sete euros e dois cêntimos), o que perfaz um TOTAL de € 7 082 195,26 (sete milhões, oitenta e dois mil, cento e noventa e cinco euros e vinte e seis cêntimos). _____

_____ SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE: em numerário – € 2 801 138,29 (dois milhões, oitocentos e um mil, cento e trinta e oito euros e vinte e nove cêntimos), sendo do Município € 2 643 222,26 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, duzentos e vinte e dois euros e vinte e seis cêntimos), e de Operações de Tesouraria € 157 916,03 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezasseis euros e três cêntimos). _____

_____ Esgotado o período de análise, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal,

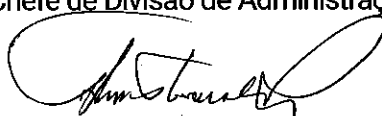
deliberou unanimidade aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e os documentos de prestação de contas, nos exatos termos em que os documentos foram apresentados, nos termos da alínea i), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. –

———Mais deliberou, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, remeter os documentos para a Assembleia Municipal.”———

———**ESTÁ CONFORME O ORIGINAL.**———

———Paços do Município de Carregal do Sal, 18 de abril de 2018.———

———O Chefe de Divisão de Administração Geral,———



———*António Manuel Ribeiro.*———

Ord:

2017

5
17
Apuradas A17
17/4/2018
Jus

RELATO FINANCEIRO



Apresentado à Câmara Municipal

☒ reunião ordinária de 2018 P4 113

☐ reunião extraordinária de _____

Resultado: A Câmara Municipal
delibera apurar e submeter à
Assambleia Municipal.

O Chefe de Divisão

António Manuel Ribeiro



CARREGAL DO SAL
município

SECRETARIA	☒
CONTABILIDADE	☒
RECEITAS	☒
DESEMPENHO	☒
RECURSOS	☒
TRIBUTOS	☒
DEBITAS	☒
AR	☒
13/4/2018	☒



ÍNDICE	PÁGINA
- BALANÇO	1
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	6
- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	8
- RESUMO DO ORÇAMENTO	13
- CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	15
- POSIÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR ECONÓMICA	21
- CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA	27
- EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	34
- EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTO	42
- EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES	48
- FLUXOS DE CAIXA	54
- CONTAS DE ORDEM	63
- OPERAÇÕES DE TESOURARIA	66
- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	73
- NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77
- MODIFICAÇÕES ORÇAMENTO RECEITA	118
- MODIFICAÇÃO ORÇAMENTO DESPESA	128
- MODIFICAÇÕES AO PPI	137
- MODIFICAÇÕES ÀS GOP	142
- CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA	149
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	155
- TRANSFERÊNCIAS CAPITAL CONCEDIDAS	158
- SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	160
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES OBTIDAS	162
- TRANSFERÊNCIA CAPITAL OBTIDAS	164
- EX-MODELO 9 TC E CERTIDÕES	166
- ENTIDADES SOCIETÁRIAS E NÃO SOCIETÁRIAS	179
- EMPRÉSTIMOS	181
- OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	183
- RELATO FINANCEIRO	189
- RESUMO DIÁRIO TESOURARIA (31/12/2012)	210
- SÍNTESE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS	213
- MAPAS DE FUNDOS MANEIO	251
- EMOLUMENTO E EXECUÇÕES FISCAIS	255
- ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES	257
- RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	260
- MAPA RECAPITULATIVO FORNECEDORES	262
- MAPA RECAPITULATIVO CLIENTES	273
- MAPAS BALANÇO SOCIAL	275
- DECLARAÇÕES DA LEI N.º 22/15 DE 17 DE MARÇO	332
- NORMA DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	336



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Nos termos do disposto na alínea a) do ponto 13 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), apresenta-se uma análise da situação económica do Município no exercício de 2017.

1.1 Execução Orçamental

1.1.1 Receita

O total da receita do Município no ano económico de 2017 ascendeu a 9.725.417,52€, tendo-se verificado um acréscimo de 4,29% relativamente ao ano anterior, o que em termos absolutos significa um aumento de 399.759,47€.

É de salientar o elevado grau de execução do orçamento da receita que se voltou a registar no ano em análise, na ordem dos 91,2%, embora cerca de 5,2 pontos percentuais abaixo do excelente registo do ano 2016, em que se atingiu uma execução de 96,38%. Estes resultados ficam a dever-se ao rigor orçamental, ao esforço de cobrança e ao cumprimento na íntegra das regras previsionais que o Município se impõe na elaboração, execução e acompanhamento dos referidos documentos contabilísticos.

		2016				2017			
Class.	Descrição	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau execução %	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau execução %
01	Impostos diretos	1.079.005,00	1.144.954,65	65.949,65	105,82%	1.033.005,00	1.121.102,15	88.097,15	107,61%
02	Impostos indiretos	15.352,00	25.901,88	10.549,88	168,72%	17.607,00	22.781,93	5.174,93	129,39%
04	Taxas, multas e outras penalidades	377.821,00	446.739,07	68.918,07	118,24%	421.162,00	472.266,10	51.104,10	112,11%
05	Rendimentos de propriedade	297.026,00	366.466,83	69.440,83	123,38%	300.125,00	295.141,74	-4.983,26	98,34%
06	Transferências correntes	3.884.523,00	4.057.963,47	173.440,47	104,47%	4.077.698,00	4.088.654,73	10.956,73	100,27%
07	Venda bens e serviços correntes	123.850,00	112.613,78	-11.236,22	90,93%	114.825,00	117.861,80	3.036,80	102,64%
08	Outras receitas correntes	1.102,00	1.776,07	674,07	161,17%	583,00	1.509,87	926,87	258,98%
09	Venda de bens de investimento	90,00	25.215,00	25.125,00	28016,67%	90,00	12.756,00	12.666,00	14173,33%
10	Transferências de capital	1.647.195,00	895.508,61	-751.686,39	54,37%	1.813.275,00	704.471,84	-1.108.803,16	38,85%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
13	Outras receitas de capital	60,00	0,00	-60,00	0,00%	15,00	0,00	-15,00	0,00%
15	Repos. não abatidas pagamentos	1.000,00	2.552,59	1.552,59	255,26%	1.000,00	10.863,54	9.863,54	1086,35%
16	Saldo da gerência anterior	2.245.966,10	2.245.966,10	0,00	100,00%	2.878.007,82	2.878.007,82	0,00	100,00%
Total das receitas		9.672.990,10	9.325.658,05	-347.332,05	96,38%	10.657.392,82	9.725.417,52	-931.975,30	91,17%
Receitas correntes		5.778.679,00	6.156.415,75	377.736,75	106,49%	5.965.005,00	6.119.318,32	154.313,32	102,43%
Receitas de capital		1.647.345,00	920.723,61	-726.621,39	55,89%	1.813.380,00	717.227,84	-1.096.152,16	39,55%
Outras receitas		2.246.966,10	2.248.518,69	1.552,59	100,07%	2.879.007,82	2.888.871,36	9.863,54	100,34%

Quadro 1 – Execução da Receita



Analisando o mapa de controlo orçamental da receita, verifica-se uma maior execução da receita de natureza corrente comparativamente à execução da receita de capital, tanto em termos absolutos como em termos relativos. De facto, no ano de 2017 registou-se uma cobrança superior em 2,43% da totalidade de receita corrente prevista em sede de orçamento inicial, traduzidos numa cobrança de 6.119.318,32€ em termos absolutos, enquanto nas receitas de capital se verificou uma cobrança de 39,55%, ou seja, efetivou-se uma cobrança no valor de 717.227,84€ dos 1.813.380,00€ previstos em orçamento inicial. A baixa percentagem de cobrança verificada fica a dever-se à componente da receita relativa à comparticipação em projetos cofinanciados por fundos comunitários, a grande fatia das receitas de capital da entidade, onde se perspetivou um influxo financeiro de 1.377.607,00€, mas que se concretizou numa cobrança de somente 333.318,84€. Esta grande diferença, de 1.044.288,16€, deve-se ao atraso na transferência das comparticipações de algumas obras de vulto, com execução física quase terminada, mas ainda com baixa percentagem de cofinanciamento, de que são exemplo as empreitadas de Requalificação do Largo Envolvente ao Julgado de Paz, a Requalificação do Parque Alzira Cláudio e a Loja do Cidadão de Carregal do Sal. Também contribuíram para o referido resultado obras com financiamento aprovado e por isso inscritos nos documentos previsionais, mas cujo desenvolvimento se concretizará em anos económicos seguintes, como é o caso da Requalificação da Zona Envolvente ao Mercado Municipal.

No ano de 2017, o valor das receitas correntes foi 37.097,43€ inferior ao valor da receita de igual natureza cobrado no ano anterior, representando uma diminuição de cerca de 0,6 pontos percentuais. Também a receita de capital regista uma diminuição em termos absolutos de 203.495,77€, menos cerca de 22,1% que o ano de 2016, em que se cobraram 920.723,61€.

Considerando o exposto, o total de receitas correntes e de capital no ano de 2017 foi 240.593,20€ inferior ao montante cobrado no ano anterior, o que, em termos relativos, representa uma diminuição de 3,4 pontos percentuais comparativamente ao ano de 2016.

No entanto, o total de Outras Receitas, constituídas pelas Reposições Não Abatidas aos Pagamentos e pelo Saldo da Gerência Anterior, foi superior em 640.352,67€ ao do ano de 2016, muito por força do saldo transitado para o ano de 2017, que foi 632.041,72€ mais elevado que o transitado para o ano de 2016. A inclusão destas parcelas na análise da Receita resulta numa receita global em 2017 a ascender ao montante de 9.725.417,52€, superior em 399.759,47€ dos 9.325.658,05€ do ano de 2016, conforme exposto no quadro seguinte:

Ord.



Class.	Descrição	2017	%	2016	%
01	Impostos Diretos	1.121.102,15	16,40%	1.144.954,65	16,18%
02	Impostos Indiretos	22.781,93	0,33%	25.901,88	0,37%
04	Taxas, Multas, Outras	472.266,10	6,91%	446.739,07	6,31%
05	Rendim. Propriedade	295.141,74	4,32%	366.466,83	5,18%
06	Transf. Correntes	4.088.654,73	59,81%	4.057.963,47	57,34%
07	Venda Bens Serviços	117.861,80	1,72%	112.613,78	1,59%
08	Outras Receitas Corr.	1.509,87	0,02%	1.776,07	0,03%
Total Receitas Correntes		6.119.318,32	89,51%	6.156.415,75	86,99%
09	Venda Bens Investim.	12.756,00	0,19%	25.215,00	0,36%
10	Transferências Cap.	704.471,84	10,30%	895.508,61	12,65%
12	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%
13	Outras Rec. Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total Receitas de Capital		717.227,84	10,49%	920.723,61	13,01%
Rec. Corrente + Rec. Capital		6.836.546,16	100,00%	7.077.139,36	100,00%
15	Rep. Não Abat. Pag.	10.863,54		2.552,59	
16	Saldo Gerência Ant.	2.878.007,82		2.245.966,10	
TOTAL		9.725.417,52		9.325.658,05	
Receitas Próprias (01,02,04,05,07,08, 09, 13)		2.043.419,59	29,89%	2.123.667,28	30,01%
Outras Fontes Financiamento (06, 10, 12, 15)		4.793.126,57	70,11%	4.953.472,08	69,99%

Quadro 2 – Estrutura da receita

Tanto na receita corrente como na receita de capital, verificaram-se oscilações nos valores cobrados nas diferentes rubricas económicas que as constituem. Na receita corrente, inferior em 37.097,43€ à cobrada no ano de 2016, as oscilações negativas mais significativas verificaram-se nas rubricas relativas aos rendimentos de propriedade e de impostos diretos, com cobranças inferiores em 71.325,09€ e 23.852,50€, respetivamente. A significativa diminuição verificada nos rendimentos de propriedade deve-se essencialmente à data de entrada das rendas de concessão da EDP ao Município, em que, excecionalmente, o último trimestre de 2015 só foi registado no ano de 2016, tendo-se regressado à normalidade no ano de 2017, com registo das quatro entregas trimestrais. Aqueles resultados foram parcialmente compensados pelo aumento do valor das verbas recebidas através de transferências correntes, superior em 30.691,26€, e da cobrança de taxas e multas, de onde se obteve mais 25.527,03€ que no ano anterior. As receitas de capital evidenciaram também uma diminuição relativamente ao exercício anterior, inferiores em 203.495,77€, resultado para o qual contribui largamente o menor volume de cofinanciamento obtido, apesar da elevada execução física das correspondentes empreitadas. Da venda de bens de investimento obteve-se 12.756€, resultado inferior em 12.459€ relativamente ao recebido no ano anterior.



Em 2017, à semelhança do ano anterior, verificou-se um ligeiro aumento (+12.566€) da verba do FEF de natureza de capital.

Na estrutura da receita autárquica, cuja inscrição contabilística obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, 14.02, para além do agrupamento pela sua natureza económica em Receitas Correntes, Receitas de Capital e Outras Receitas, é possível diferenciar as que são consideradas Receitas Próprias das de Outras Fontes de Financiamento. Receitas Próprias, por definição, são aquelas que o Município pode arrecadar nos termos da legislação aplicável recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Excluem-se, portanto as receitas relativas a transferências (correntes e de capital), empréstimos contraídos e as reposições não abatidas aos pagamentos, bem como o saldo que transita do exercício anterior.

Rácios	2017	2016
Receitas Próprias / Receita Total	29,84%	30,00%
Receitas Próprias / Despesa Total	28,85%	32,94%
Receita Total / Despesa Total	96,68%	109,80%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	122,41%	132,97%
Receitas Capital / Despesa Capital	34,43%	50,65%
Receitas Correntes / Receita Total	89,37%	86,96%
Receita + SGA / Despesa total	137,32%	144,64%

Quadro 3 – Rácios da receita

Para efeitos dos rácios apresentados, considera-se Receita Total do ano o somatório da receita cobrada em todas as suas rubricas económica, à exceção do Saldo da Gerência Anterior (SGA), expurgando assim aquele montante das análises efetuadas. No que se refere à Despesa, são considerados os montantes pagos em cada um dos anos em análise.

As receitas próprias do Município representam cerca de 29,84% do total da receita, resultado muito semelhante ao obtido no ano de 2016, revelando igual grau de dependência de verbas provenientes do exterior. Saliente-se que o grau de autonomia financeira é maior nos Municípios de grande dimensão, face à sua capacidade de gerar receitas próprias, nomeadamente receitas fiscais. Os Municípios de pequena dimensão, categoria em que se inclui o Município de Carregal do Sal, são, na sua generalidade, fortemente dependentes de financiamento externo, em especial dos fundos oriundos do orçamento do Estado. Ainda assim, o Município evidenciava no final do exercício uma taxa de cobertura de 28.85% da sua despesa total com receitas próprias. É também de realçar pela positiva o não recurso à banca para financiar investimento, o que ocorre pelo sétimo ano consecutivo.

Da análise dos rácios, podemos verificar que no exercício de 2017 o Município de Carregal do Sal teve um *défice* de cerca de 3%, ou seja, a receita arrecadada foi inferior ao total de despesa paga, numa diferença de 234.785,56€ em



termos absolutos, mostrando uma muito ligeira quebra da sua capacidade de autofinanciamento global. Se considerarmos o valor do saldo transitado da gerência anterior, verifica-se que o resultado deste rácio é invertido, evidenciando um *superavit* de 37,32% resultando daquela poupança o valor do saldo para a gerência de 2018, que se cifra em 2.643.222,26€.

Mais uma vez, o valor das receitas de capital não foi suficiente para cobrir o investimento realizado pela entidade, mostrando-se capaz de financiar apenas cerca de 34,43% da despesa de igual natureza, o que significa que houve necessidade de se socorrer de parte da receita corrente e do saldo transitado para pagar compromissos de investimento assumidos. Este rácio piorou cerca de 16,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior, resultado da conjugação de um maior investimento em 2017 com a já referida diminuição de cofinanciamento comunitário. No que se refere à receita corrente, verifica-se que a sua representatividade no total da receita arrecadada subiu cerca de 2,41%, representando no ano de 2017 uns expressivos 89,37% do influxo monetário da entidade.

1.1.2 Despesa

Em 2017, a despesa total paga pelo Município ascendeu a 7.082.195,26€, um valor 634.545,03€ superior ao pago em período homólogo, representando um acréscimo na ordem de 9,8% relativamente ao ano anterior. Este resultado advém do aumento tanto das despesas de funcionamento, como do investimento realizado, que aumentaram 369.188,23€ e 265.356,80€ em relação ao ano de 2016, respetivamente.

Class.	Designação	2017			2016		
		Orçamentado	Pago	Execução %	Orçamentado	Pago	Execução %
01	Despesas com pessoal	2.690.895,00	2.504.535,32	93,10%	2.482.475,00	2.299.745,04	92,60%
02	Aquisição bens e serviços	2.488.850,00	2.049.521,43	82,30%	2.619.395,00	1.946.694,73	74,30%
03	Juros e outros encargos	21.000,00	13.240,18	63,00%	27.500,00	18.392,81	66,90%
04	Transferências correntes	413.010,00	374.010,93	90,60%	393.530,00	318.190,12	80,90%
06	Outras despesas correntes.	82.000,00	57.690,38	70,40%	72.000,00	46.787,31	65,00%
Total Despesas Correntes		5.695.755,00	4.998.998,24	87,80%	5.594.900,00	4.629.810,01	82,80%
07	Aquisição de bens de capital	4.038.347,82	1.470.870,88	36,40%	3.361.860,10	1.168.057,62	34,70%
08	Transferências de capital	484.590,00	179.476,52	37,00%	272.530,00	210.169,67	77,10%
09	Ativos financeiros	53.700,00	53.686,00	100,00%	53.700,00	53.686,00	100,00%
10	Passivos financeiros	385.000,00	379.163,62	98,50%	390.000,00	385.926,93	99,00%
Total Despesas Capital		4.961.637,82	2.083.197,02	42,00%	4.078.090,10	1.817.840,22	44,60%
Total		10.657.392,82	7.082.195,26	66,50%	9.672.990,10	6.447.650,23	66,70%

Quadro 4 – Execução do orçamento da despesa

O grau de execução global do orçamento da despesa atingiu os 66,5%, valor muito próximo do resultado obtido no ano anterior. Na despesa, a execução do orçamento tem um comportamento semelhante à da receita, no sentido de que a despesa de natureza corrente tem uma execução superior à despesa de capital, cujos valores se fixaram em 87,8% e 42,0%, respetivamente. É de realçar o aumento da despesa de capital, por força do aumento do



investimento direto realizado, superior em 302.813,26€ em termos absolutos, mas apenas 1,7% superior em termos relativos, tendo-se fixado numa execução de 36,4%, correspondente a investimento pago no valor de 1.470.870,88€ dos 4.038.347,82€ inscritos em orçamento e Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Tal como foi exposto em relação às transferências de capital obtidas, esta grande diferença entre valores orçados e valores executados em investimento direto da entidade, deve-se a projetos com financiamento aprovado para o ano e, como tal, inscritos nos documentos previsionais com dotação orçamental suficiente para a sua cabal realização, mas que, na prática, serão executados ao longo de mais de um ano económico. São exemplo as empreitadas de Reabilitação do Centro de saúde de Cabanas de Viriato, a Modernização Administrativa via CIMVDL e a Reabilitação da Envolvente ao Mercado Municipal. De igual modo, contribuíram para um baixo índice de execução da rubrica de investimento os projetos para os quais o Município garantiu e reservou fundos próprios, mas que não se iniciaram devido a atrasos na aprovação de cofinanciamento, tais como a Requalificação do Estádio N. Sr.^a das Febres, a Renovação das Aldeias, a Reestruturação e Beneficiação de ETAR's do Concelho e a Requalificação e Musealização da Casa do Passal. Por último, contribuíram também algumas obras da total responsabilidade financeira do Município, adjudicadas no final do ano económico com previsão de início de execução física no ano 2018, como as empreitadas da Rua da Tapada em Oliveirinha, Rua do Peso em Beijós e da Rua das Lajes em Laceiras.

Analisando a estrutura da despesa municipal, pode-se observar a predominância da despesa corrente, cujo total de 4.998.998,24€ representou cerca de 70,6% do valor pago em 2017. Comparativamente ao ano imediatamente anterior, as despesas de funcionamento aumentaram 369.188,23€, sendo as suas rubricas de maior peso as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, que no seu conjunto representam 64,3% da despesa total da entidade no ano em análise. A rubrica de pessoal teve um aumento no seu valor absoluto de 204.790,28€, montante justificado em grande parte pela correção da classificação económica da despesa dos vários contratos de avença do Município, que a partir de fevereiro de 2017 passaram para a rubrica de despesas com pessoal, remunerações certas e permanentes, pessoal em regime de tarefa e avença, quando, até lá e de forma errada, essa despesa era considerada como aquisição de serviços. Verificou-se ainda aumento expressivo nos encargos com segurança social da responsabilidade da entidade, nomeadamente dos encargos com a saúde e da assistência na doença dos seus funcionários. No que se refere à aquisição de bens e serviços, verificou-se um aumento de 102.826,70€ de despesa paga relativamente ao ano de 2017, dos quais 66.693,37€ em aquisição de bens, na sua maior parte nos de aplicação em obras por administração direta, e 36.133,33€ em aquisição de serviços, com aumentos mais expressivos a ocorrerem nas rubricas relativas a encargos das instalações, locação de bens e na de outros serviços, ainda que compensados por diminuições registadas em outras rubricas económicas, de onde se destacam as referentes a estudos, pareceres, projetos e consultadoria (por via da reclassificação em avenças) e a transportes.

Ainda relativamente ao aumento do valor despendido em despesas correntes, há a assinalar o contributo do montante transferido para terceiros para fazer face às suas despesas de funcionamento, cujo valor ascendeu a



374.010,93€, apoios superiores em 55.820,81€ aos atribuídos em 2016. São variadas as causas daquele incremento da despesa, desde o financiamento de uma EIP ao nível da proteção civil e luta contra incêndios, o aumento do valor do apoio anual a quase totalidade das associações desportivas, recreativas e culturais do concelho, até ao apoio a refugiados no âmbito da segurança e Ação sociais.

<i>Class.</i>	<i>Designação</i>	<i>2017</i>	<i>%</i>	<i>2016</i>	<i>%</i>
01	Despesas com pessoal	2.504.535,32	35,4%	2.299.745,04	35,7%
02	Aquisição bens e serviços	2.049.521,43	28,9%	1.946.694,73	30,2%
03	Juros e outros encargos	13.240,18	0,2%	18.392,81	0,3%
04	Transferências correntes	374.010,93	5,3%	318.190,12	4,9%
06	Outras despesas correntes	57.690,38	0,8%	46.787,31	0,7%
	Total Despesas Correntes	4.998.998,24	70,6%	4.629.810,01	71,8%
07	Aquisição de bens de capital	1.470.870,88	20,8%	1.168.057,62	18,1%
08	Transferências de capital	179.476,52	2,5%	210.169,67	3,3%
09	Ativos financeiros	53.686,00	0,8%	53.686,00	0,8%
10	Passivos financeiros	379.163,62	5,4%	385.926,93	6,0%
	Total Despesas Capital	2.083.197,02	29,4%	1.817.840,22	28,2%
	Total	7.082.195,26	100,0%	6.447.650,23	100,0%

Quadro 5 – Estrutura da Despesa

No que respeita à despesa de capital, representativa de 29,4% da despesa total do ano, registou em 2017 um acréscimo de 265.356,80€ em termos absolutos, resultado do aumento de 302.813,26€ no investimento direto da entidade, deduzido das diminuições de 30.693,15€ e de 6.763,31€ verificadas nas transferências de capital para terceiros e nos passivos financeiros, respetivamente. O valor pago de passivos financeiros, correspondente ao montante das amortizações pagas no ano, é menor do que o gasto em 2016 devido ao facto de ter terminado o prazo de três contratos de empréstimos, designadamente os contraídos para as empreitadas de Beneficiação da Casa Cultura-Museu, de Restauro da Escola Conde Ferreira e dos Arruamentos ao Lar de Terceira Idade, dos quais se pagou em 2017 a última prestação em vez das duas prestações semestrais de anos anteriores. Por último, importa referir que no ano de 2017 a entidade continuou a contribuir para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo o correspondente investimento em ativos financeiros ascendido a 53.686,00€, valor que irá decrescer à ordem de 13.421,50€ por ano até final de 2020, por força da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, que alterou o artigo 19.º da Lei n.º 53/2104, de 25/08, através do qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, para um montante total de 417.857.175,00€.

Da análise dos rácios da despesa, e na sequência dos factos que se acabaram de referir, chega-se a algumas conclusões a reter. Desde logo, a estrutura da despesa em 2017 continua com forte predominância da despesa corrente, embora o seu peso relativo tenha descido 1,2 pontos percentuais para os 70,59%, enquanto as despesas



de capital representam os remanescentes 29,41%. Das despesas de funcionamento, os gastos com pessoal representam a sua maior fatia, com um peso de 35,36% da despesa total. As despesas com aquisição de bens e serviços são a sua segunda maior parcela, representativa de 28,94% da despesa do ano, representando no seu conjunto 64,30% do total despendido no ano em análise.

Em relação ao rácio do serviço da dívida, amortizações e juros, verifica-se que o seu peso global continua baixo, representando 5,54% da despesa total, registo ainda inferior ao do ano anterior

Despesa Corrente / Despesa Total	70,59%	71,81%
Pessoal / Despesa Total	35,36%	36,57%
Aquisição de Bens e Serviços / Desp. Total	28,94%	30,19%
Serviço da Dívida / Despesa Total	5,54%	6,27%
Aquisição de bens de Capital / Despesa Total	20,77%	18,12%
Transf. Correntes + Capital / Desp. Total	7,82%	8,19%

Quadro 06 – Rácios da Despesa

O investimento efetuado diretamente pela entidade é a componente mais importante da despesa de capital, representando 20,77% do total da despesa paga em 2017.

É ainda de referir que 7,82% da despesa desta entidade no ano em análise corresponde a transferências efetuadas para terceiros, tanto para apoio ao seu funcionamento como também para investimento indireto feito pelos mesmos.

1.1.2.1 Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal em 2017 ascenderam a 2.504.535,32€, revelando um aumento de 204.790,28€, um acréscimo de 8,9% relativamente ao exercício anterior.

Despesas com pessoal	2.504.535,32	2.299.745,04	8,90%
-----------------------------	---------------------	---------------------	--------------

Quadro 07 – Despesas com pessoal

Como já foi referido anteriormente, o referido aumento resulta, na sua maior parte, da correção da classificação económica da despesa dos vários contratos de avença do Município, que a partir de fevereiro de 2017 passaram para a rubrica de despesas com pessoal, 010107 - remunerações certas e permanentes, pessoal em regime de tarefa e avença, quando em períodos anteriores eram considerados aquisição de serviços. Justifica-se por esta via o aumento de cerca de 119 mil euros do total mencionado. Outra parcela do aumento verificado, na ordem dos 58



mil euros, registou-se em rubricas relativas à segurança social dos funcionários, nomeadamente nos encargos com a saúde, na assistência na doença e na quota da responsabilidade da entidade para a segurança social dos seus funcionários, a par do aumento da despesa em remunerações certas e permanentes, resultante dos encargos salariais da contratação de cinco assistentes operacionais e dos processos de mobilidade intercarreiras que se iniciaram e consolidaram em 2017. De salientar que o Município de Carregal do Sal se encontra entre as autarquias locais que no ano de 2017 podiam proceder ao recrutamento de trabalhadores, não estando sujeito aos condicionalismos impostos pelo artigo 48.º da Lei n.º 42/2016, de 28/12 (LOE/2017), uma vez que não se encontra em situação de saneamento ou de rutura financeira, nos termos definidos na Lei n.º 73/2013, de 03/09 (Lei da Finanças Locais).

1.1.3 Resultados Orçamentais

O resultado orçamental de uma entidade em determinado exercício advém da diferença entre as receitas cobradas e as despesas pagas durante esse ano económico, não relevando para o rácio o saldo que transita do exercício anterior nem o valor das Reposições Não Abatidas aos Pagamentos. A análise dos resultados obtidos pode ser feita considerando a natureza económica dos influxos e efluxos monetárias, e/ou pelos seus valores globais.

Descrição	2017	2016
Receita Corrente	6.126.532,24	6.136.421,01
Despesa Corrente	4.998.998,24	4.629.810,01
Resultado Orçamental Corrente	1.120.320,08	1.506.611,00

Quadro 08 – Resultado Corrente

Analisando o quadro anterior, verifica-se que no ano económico de 2017 o resultado corrente da entidade é positivo, no valor de 1.120.320,08€, embora inferior em cerca de 406 mil euros ao resultado obtido no ano anterior, consequência da conjugação da diminuição da cobrança em 37.097,43€, e do aumento da despesa, superior em 369.188,23€ à registada em 2016.

Descrição	2017	2016
Receita Capital	717.227,84	920.723,61
Despesa Capital	2.083.197,02	1.817.840,22
Resultado Orçamental Capital	-1.365.969,18	-897.116,61

Quadro 09 – Resultado de capital

No que respeita a rubricas de investimento, o Município regista um comportamento inverso, uma vez que não gera poupança, apresentando, pelo contrário, um resultado de -1.365.969,18€, o que significa que a receita de capital obtida pela entidade não foi suficiente para cobrir o investimento realizado, obrigando o Município a socorrer-se de outras fontes de financiamento, designadamente a totalidade da poupança corrente gerada no ano e parte do saldo



transitado da gerência anterior. O resultado de capital do ano 2017 teve um agravamento de 468.852,57€, cerca de 52% em relação ao ano anterior, derivado da diminuição de cerca de 203 mil euros na receita e do aumento de cerca de 265 mil do investimento pago.

Considerados os resultados orçamentais parciais anteriores, ressalta da análise do quadro seguinte a enorme diminuição do resultado orçamental total no ano de 2017, inferior em 875.138,23€ ao obtido no ano anterior, passando de um resultado positivo de 629.489,13€ em 2016 para um resultado negativo de -245.649,10€ no ano de 2017.

Descrição	2017	2016
Receita	6.836.546,16	7.077.139,36
Despesa	7.082.195,26	6.447.650,23
Resultado Orçamental Total	-245.649,10	629.489,13

Quadro 10 – Resultado Total

Em termos globais, a receita decresceu cerca de 3,4%, correspondentes a menos 240.593,20€ que a cobrada em 2016, ficando-se pelo valor total de 6.836.546,16€, montante inferior ao total da despesa, que atingiu os 7.082.195,26€, cerca de 9,8% superior ao valor dos pagamentos do ano anterior. Os montantes da receita cobrada e da despesa paga culminam num resultado orçamental negativo de -245.649,10€.

Para efeitos de cálculo do saldo que transita para o ano seguinte, tem de se juntar às contas anteriormente apresentadas os montantes do saldo da gerência anterior e das reposições não abatidas aos pagamentos, conforme quadro que se segue.

Saldo da Gerência Anterior	2.878.007,82
Resultado Orçamental da Gerência	-245.649,10
Reposições Não Abatidas Pagamentos	10.863,54
Saldo para a Gerência Seguinte	2.643.222,26

Quadro 11 – Saldo para a gerência Seguinte

O saldo que transita para o ano económico de 2018 é 234.785,56€ inferior ao que transitou do exercício de 2016 para a gerência de 2017, por força do resultado orçamental negativo obtido no ano em análise, ainda que ligeiramente atenuado pelo montante das Reposições Não Abatidas aos Pagamentos.

A variação do saldo que transita para o ano seguinte em relação ao que transita para o ano da gerência em análise é invariavelmente na mesma ordem de valores do resultado orçamental obtido nesse ano, acrescido do valor das RNAP.



1.1.4 DESCRIMINAÇÃO DAS RÚBRICAS ORÇAMENTAIS “OUTRAS”

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14/09, DL n.º 315/2000 de 02/12, DL 84-A/2002, de 05/04 e Lei n.º 60-A/2005, de 30/12, estabelece no ponto 10 do seu articulado os diferentes Códigos de Contas nos quais assenta a sua estrutura, a saber, a Classificação Funcional, a Classificação Económica e a Classificação Patrimonial.

Na análise orçamental dos diversos documentos que fazem parte e constituem a Prestação de Contas, verifica-se a existência de classificações económicas residuais da Receita e da Despesa cuja designação é “Outras”, que por vezes atingem valores elevados, podendo gerar legítimas dúvidas aos utilizadores daquela informação. Importa, pois, dar uma breve explicação relativamente ao que se referem e quais as diferentes parcelas que contribuem para os totais que apresentam.

Como já se referiu, tratam-se de rubricas residuais previstas no POCAL, que visam acolher as receitas / despesas que não se encaixam no desdobramento e descrição de determinadas “contas mãe”. Embora sejam residuais, estão distribuídas na estrutura da receita / despesa pela sua natureza, e por existirem na maior parte das tipologias serão aqui explicadas apenas as de valores mais significativos.

Assim, no que se refere a rubricas da receita orçamental, as residuais de maior expressão financeira são as duas que constam no seguinte quadro, com a respetiva descrição:

Rúbricas Económicas da Receita				
Class. Económica		Designação	Valor	Descrição
"Conta mãe"				
05		Rendimentos de propriedade		
05.10	99	Rendas - Outras	279.897,38	Rendas de concessão da EDP: 270.286,32€
				Protocolo ANMP/EDP: 8.039,48€
				Renda Bar Piscinas e Centro Cultural: 450,00€
				EDP, renda centros electroprodutores: 1,121,58€
07		Venda de bens e serviços correntes		
07.02		Serviços		
07.02.08.02	99	Serviços Recreativos - Outros	47.976,15	Receita com origem nas Piscinas Municipais

Quadro 12 – Desdobramento das rubricas económicas “Outras” da Receita

No que se refere a rubricas da Despesa, as rubricas residuais de aquisição de bens e serviços correntes são as de maior valor, correspondentes a projetos descritos nas Grandes Opções do Plano (GOP) e outras variadas não discriminadas naquele documento. No que se refere às rubricas de aquisição de bens de capital, ao investimento direto feito pela entidade, todas elas estão desdobradas em projetos que constam do Plano plurianual de Investimentos (PPI) e GOP, nos termos do quadro seguinte:



Rúbricas Económicas da Despesa			
Class. Económica / GOP	Despesa	Valor	Descrição
02.01.21	Aquisição Bens Correntes - Outros Bens	200.768,53	
02.004..2017/5009	Abertura, Cons. Rep. Arruamentos Conc.	87.234,58	Materias para obras por administração direta
02.004.2017/5010	Const., Cons., e Rep. Passeios e Muros	34.727,02	Materias para obras por administração direta
02.004.20017/5011	Rqualificação de Rotundas e Jardins	7.397,70	Materias para obras por administração direta
03.003.2017/5015	Sinalização do Concelho	7.868,30	Aquisição sinalética vertical e horizontal
Extra-GOP	Mat. uso diverso pelos diferentes setores	63.540,93	P. ex.: material elétrico, vidros, colas, tintas, etc
02.02.25	Aquis. Serviços Correntes - Outros serviços	628.225,45	
02.008.2017/5012	Programação Cultural Municipal	13.623,38	Contratação de animação de eventos
02.011.2017/7-1	RSU, Resíduos Sólidos Urbanos	144.002,72	Recolha de Lixo
02.011.2017/7-2	Exploração de Sistema	174.684,27	
03.002.2017/8-1	Consumo Energético da Iluminação Pública	257.716,82	Despesa com a iluminação pública
03.002.2017/-2	Prolongamento da Rede de IP no Concelho	5.616,45	Extensões da rede de iluminação pública no Conc.
Extra-Gop	Serviços diversos contratados pela CM	32.581,81	P.ex.: serv. notariado, ilum. Natal, condomínio,...
07.01.03.07	Investimento, Edifícios, Outros	32.994,63	
02.002.2009/46	Saúde Proximidade, Reab. Centro Saúde CV		Obras reabilitação Centro Saúde Cabanas Viriato
07.01.06.02	Investimento, Material Transporte, Outros	99.825,56	
01.001.2014/2-1	Material de Transporte		Aquisição de quatro viaturas, grandes reparações

Quadro 13 – Desdobramento das rubricas económicas “Outras” da Despesa

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos do disposto na alínea b) do ponto 13 do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se uma análise da situação financeira do Município no exercício de 2017.

2.1 Proveitos

Estrutura de Proveitos	2017		2016	
	Montante	Proveitos %	Montante	Proveitos %
Vendas e prestações de serviços	72.166,95	1,01	82.266,69	1,14
Impostos e taxas	1.601.238,62	22,30	1.690.645,35	23,34
Trabalhos para a própria entidade	131.659,71	1,83	230.122,19	3,18
Proveitos suplementares	6.610,13	0,09	465,20	0,01
Transferências e subsídios obtidos	4.453.310,20	62,02	4.338.426,84	59,88
Outros proveitos e ganhos operacionais	29.964,27	0,42	30.719,00	0,42
Proveitos e ganhos financeiros	295.704,34	4,12	299.457,26	4,13
Proveitos e ganhos extraordinários	589.881,25	8,22	572.919,10	7,91
Proveitos Totais	7.180.535,47	100	7.245.021,63	100

Quadro 14 – Estrutura de proveitos



Os proveitos no ano em análise totalizaram o montante de 7.180.535,47€, um valor 64.486,16€ inferior ao obtido no ano de 2016.

Esta diferença resulta da diminuição das rubricas Impostos e taxas no montante de cerca de 89.000,00€ e Trabalhos para a própria entidade (obras por administração direta) na ordem dos 100.000,00€; apesar de as Transferências obtidas terem aumentado em cerca de 115.000,00€.

A estrutura de proveitos demonstra que 62,02% resultam das Transferências e subsídios obtidos e que em termos absolutos, se verificou um aumento de 114.883,36€ nesta rubrica.

Verifica-se uma diminuição significativa do valor absoluto em impostos e taxas, representando no entanto cerca de 22% do total dos proveitos do ano, em termos relativos.

2.2 Custos

Unidade: Euros

Estrutura de Custos	2017		2016	
	Montante	(%) nos Custos Totais	Montante	(%) nos Custos Totais
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	324.799,23	3,81	307.897,61	3,81
Fornecimentos e serviços externos	2.014.612,74	23,61	1.817.648,58	22,50
Custos com o pessoal	2.386.775,45	27,97	2.305.408,45	28,54
Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	374.428,08	4,39	317.318,09	3,93
Amortizações do exercício	2.989.105,17	35,03	2.978.221,81	36,87
Provisões do exercício	103.500,00	1,21	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	23.254,57	0,27	21.179,53	0,26
Custos e perdas financeiros	13.041,51	0,15	17.318,19	0,21
Custos e perdas extraordinários	303.366,15	3,56	313.632,73	3,88
Custos Totais	8.532.882,90	100	8.078.624,99	100

Quadro 15 – Estrutura de custos

A rubrica mais preponderante na estrutura dos custos da Autarquia continua a ser as Amortizações do exercício, representativa de cerca de 35 pontos percentuais do seu total. Outras de grande expressão, são a de Custos com o pessoal, que representa cerca de 28 pontos percentuais, e a de Fornecimentos e serviços externos, que absorvem 23,61 pontos percentuais. Pode-se constatar que em termos absolutos, houve um aumento de custos na ordem dos 454.000,00€ em relação ao ano anterior.



2.3 Resultados

Uni: Euros			
Rubricas	2017	2016	Varição Absoluta
Resultados Operacionais	-1.921.525,36	-1.375.028,80	-546.496,56
Resultados Financeiros	282.662,83	282.139,07	523,76
Resultados Correntes	-1.638.862,53	-1.092.889,73	-545.972,80
Resultados Extraordinários	286.515,10	259.286,37	27.228,73
Resultados Líquidos	-1.352.347,43	-833.603,36	-518.744,07

Quadro 16 – Evolução de resultados

No exercício de 2017 o Município apresenta um Resultado líquido negativo de 1.352.347,43€, um agravamento na ordem 500.000,00€ em relação ao obtido no ano anterior. Este resultado advém do aumento de custos nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos na ordem dos 200.000,00€, de 80.000,00€ com o Pessoal, de 50.000,00€ nas Transferências correntes e cerca de 100.000,00€ em Provisões do exercício. Agrava o resultado a diminuição dos proveitos em cerca de 64. 000€.

Os Resultados financeiros em 2017 voltam a ser positivos, consequência da renda de concessão da EDP. Importa referir que tanto os juros pagos como os juros recebidos, sofreram uma diminuição em face ao ano anterior em 4.165,22€ e 3.080,18€, respetivamente.

Os Resultados extraordinários foram superiores aos obtidos em 2016, sendo positivos em 286.515,10€. O aumento na ordem dos 30.000,00€, deu-se por força da diminuição das Transferências de capital concedidas.

Os Resultados líquidos do exercício, não conseguiram contrariar a tendência e mais uma vez se apresentam negativos.

2.4 Rácios Financeiros

Rácios	2017	2016
FUNDO MANEIO	2.491.161,92 €	2.548.985,57 €
LIQUIDEZ		
Liquidez Geral	6,34	7,36
SITUAÇÃO		
Taxa de cobertura das Dívidas a curto prazo pelo Fundo Maneio	5,34	6,00
Taxa de cobertura Ativo Circulante pelo Fundo Maneio	0,84	0,81
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA		
Capacidade de endividamento de M/L Prazo	0,09	0,10
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	0,86	0,66
Rácio de Envelhecimento do Imobilizado	0,62	0,60
GESTÃO OU ATIVIDADE		
Prazo Médio de Recebimentos	0	0
Prazo Médio de Pagamentos	- de 60 dias	- de 60 dias

Quadro 17 – Indicadores financeiros



Pretende-se efetuar uma breve análise financeira através do recurso a um conjunto de rácios que nos dê uma visão relativa da situação financeira do Município e da sua liquidez.

O Fundo de Maneio que resulta da atividade da autarquia em 2017, é positivo, o que significa que o ativo circulante da entidade é superior à sua dívida de curto prazo.

A Liquidez Geral corresponde à capacidade que a autarquia possui de fazer face a responsabilidades de curto prazo através do ativo circulante. Com este rácio, verifica-se que a entidade tem capacidade imediata de solver os seus compromissos de curto prazo, numa proporção de 6,34.

Os rácios de solvabilidade indicam que o peso do passivo de M/L prazos é insignificante em relação ao valor dos capitais permanentes da entidade. Por outro lado, verifica-se que o valor do seu imobilizado é praticamente coberto pelo valor do capital permanente (ou seja, é coberto em 86%), imobilizado esse que ainda tem bastantes anos de vida útil pela frente, uma vez que a sua média de envelhecimento se encontra nos 62pp.

Em relação aos rácios económicos, pode-se constatar que o prazo médio de recebimentos é muito baixo, a pronto, e que o PMP (prazo médio de pagamentos) é inferior a 60 dias, sendo esta a indicação disponível de momento no respetivo sitio da internet da DGAL. O PMP é um valor calculado e divulgado pela DGAL no Portal Autárquico, com base nos elementos enviados pelos serviços através da aplicação informática SIAL. O último resultado publicado refere-se ao final do 4.º trimestre de 2016, em que o Município de Carregal do Sal tinha um PMP de 8 dias.

3. DÍVIDAS DE E A RECEBER

3.1 Dívidas de Terceiros

Designação	Uni: Euros	
	2017 Valor	2016 Valor
Dívidas de Terceiros de curto prazo	2.292,18	7.785,53
Clientes, c/c	2.292,18	7.785,53
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00
Total da Dívida de Terceiros	2.292,18	7.785,53

Quadro 18 – Evolução das dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros ao Município são de curto prazo e o seu total é de 2.292,18€. Este valor pertence essencialmente ao nosso cliente Águas do Planalto, S.A., relativo a serviços de reposição de pavimento prestados pela entidade.



3.2 Dívidas a Terceiros

Uni: Euros		
Designação	2017 Valor	2016 Valor
Dívidas a Terceiros de curto prazo	466.529,86	425.050,46
Fornecedores c/c	69.346,53	25.154,56
Fornecedores de imobilizado c/c	20.352,09	29.110,54
Estado e outros entes públicos	19.027,88	18.315,83
Outros credores	357.803,36	352.469,53
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	2.615.071,19	2.994.234,81
Dívidas a instituições de crédito	2.615.071,19	2.994.234,81
Total da Dívida a Terceiros	3.081.601,05	3.419.285,27

valor do FAM

Quadro 19 – Evolução das dívidas a terceiros

As dívidas de curto prazo do Município em 31.12.2017 ascendem a 466.529,86€, superior em 41.479,40€ à dívida registada no final do ano transato. O aumento deve-se essencialmente a faturas de fornecedores rececionadas no final do mês de dezembro.

Em Outros Credores, a maior parcela deve-se ao registo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que por orientação da DGAL foi lançado na conta 268 pelo valor total a pagar em sete anos. Coube ao Município o montante de 375.800,80€ a liquidar até 2021, em prestações anuais de 53.686,00€ e que, no final do corrente ano, ainda registava 214.742,80€ por saldar. É também de realçar que na referida conta de dívida, estão incluídos os montantes relativos a Operações de Tesouraria (OT's), dívida não orçamental, com especial destaque para cauções e depósitos de garantia que ascendem a 134.002,54€.

De notar que para fazer face à dívida imediata, o Município detém a importância de 801.138,29€ em caixa e depósitos à ordem.

Patrimonialmente, a dívida de médio e longo prazo a instituições de crédito diminuiu na ordem dos 13 pontos percentuais face ao ano transato, resultado do pagamento de amortizações de empréstimos e da não contratação de novos. O serviço da dívida em 2017 totalizou 392.583,80€, correspondente a 379.163,62€ de amortização e 12.507,56€ de juros, feitos os respetivos acréscimos e diferimentos.

Assim, o Município tem uma dívida à Banca no valor de 2.615.071,19€, compensada por aplicações financeiras no montante de 2.000.000,00€ que, geraram neste ano económico, juros ilíquidos de 14.940,29€.



3.2.1 Limites de Endividamento Municipal

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, 03.09, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo o das entidades de que faz parte, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. À luz apenas deste normativo, o limite da dívida total do Município de Carregal do Sal seria no valor de 8.843.148,57€, conforme quadro abaixo.

ÚLTIMOS TRÊS ANOS	2014	2015	2016
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.836.444,83	5.696.255,55	6.153.596,75
TOTAL DOS TRÊS ANOS	17.686.297,13		
MÉDIA DOS TRÊS ANOS	5.895.432,38		
1,5 MÉDIA DOS TRÊS ANOS	8.843.148,57		
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			
(n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, 03/09)			

Quadro 20 – Limite da dívida total

No entanto, a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo estabelece que sempre que um Município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Limite da dívida total nos termos do n.º 1 do art. 52.º Lei n.º 73/2013, 03.09	8.843.148,57	
Dívida total em 01 de janeiro de 2017	3.363.592,54	
Margem disponível	5.479.556,03	
20% da margem disponível ou margem utilizável	1.095.911,21	
Limite da dívida total ano 2017 conforme al. b) do n.º 3 do art 52.º Lei n. 73/2013	4.459.503,75	
Dívida total em 31 de dezembro de 2017	3.006.630,52	
Dívida orçamental a terceiros - Médio e Longo prazo	2.615.071,19	
Dívida orçamental a terceiros - Curto prazo	93.871,03	*
Ord. Contribuição de AM e SEL	297.688,30	
Margem entre a dívida a 31/12/2017 e o limite da dívida total relativo ao ano 2017	1.452.873,23	
*Nota O valor da "Dívida a terceiros - Curto Prazo" que consta do Balanço, no total de 425.050,46€, é expurgado do valor relativo aos títulos de Participação do FAM (214.742,80€) e dos valores em dívida de OT's (157,916,03€).		

Quadro 21 – Cumprimento do limite da dívida total em 2017



Assim, observadas as regras da legislação supramencionada relativamente á dívida total, verifica-se que o limite da mesma é no valor de 4.459.503,75€, e qua a dívida total orçamental da entidade, excluindo o FAM e OT's e incluindo a dívida dos Serviços Municipais (não aplicável), Associações de Municípios e Setor Empresarial Local, ascende a 3.006.630,52€, o que significa que o Município respeitou aquele limite legal, ficando com uma margem de 1.452.873,23€ em relação ao limiar imposto.

Setor Empresarial Local e Associações de Municípios	
EcoBeirão	0,00
Município	0,00
Sociedade Ponto Verde	0,00
AIRV	0,00
ANMP	229,57
AMRPB	284.156,63
Lusitânia	0,00
CIMRVDL	13.072,72
AMPV	229,38
TOTAL	297.688,30

Quadro 22 – Desdobramento da participação na dívida orçamental do SM + AM + SEL

Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, 03.09, são incluídos para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do Município as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento, bem como as empresas locais e participadas, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei 50/2012, 31.08. O quadro anterior apresenta de forma discriminada a contribuição de cada uma das referidas entidades para o endividamento orçamental total do Município de Carregal do Sal, que no ano de 2017 totalizaram o montante de 297.688,30€, representativo de cerca de 9,9% da dívida orçamental total da entidade.

4. Equilíbrio orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, entendendo-se como amortização média de empréstimo o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da mencionada Lei (01/01/2014) pelo número de anos de vida útil remanescente dos respetivos contratos.



Equilíbrio Orçamental 2017	
Receita Corrente Bruta 2017	6.119.318,32
Despesa Corrente Bruta 2017	4.998.998,24
Amortizações Médias Empréstimos	388.608,56
Margem Equilíbrio Orçamental	731.711,52

Quadro 23 – Demonstração equilíbrio orçamental

Da análise do quadro 23 verifica-se que a entidade cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, evidenciando ainda uma margem de 731.711,52€.

5. Conclusão:

Da análise económica e financeira efetuada nos pontos anteriores, podemos concluir que o Município revela uma boa saúde financeira, um elevado grau de execução orçamental ao nível da receita e da despesa, e, embora apresente um resultado orçamental negativo de -245.649,10€, transita com um confortável saldo para a gerência seguinte no valor de 2.643.222,26€. Evidencia capacidade de autofinanciamento sem necessidade de recorrer a empréstimos bancários, o que acontece pelo sétimo ano consecutivo. A entidade continua a pautar o seu desempenho pelo pleno cumprimento dos limites legais que lhe são impostos pela Lei das Finanças Locais e sucessivas Leis do Orçamento do Estado, respeitando os limites de endividamento e a regra do equilíbrio orçamental. Evidencia um reduzido prazo médio de pagamentos, o que lhe proporciona uma boa posição negocial perante os seus fornecedores. De igual forma, respeita os prazos impostos no cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuição para a segurança social dos seus funcionários, bem como junto da banca no que diz respeito ao serviço da dívida. Cumpre também os seus deveres de informação perante as entidades fiscalizadoras, designadamente a DGAL e Tribunal de Contas, e de publicidade a que está obrigada.

O resultado líquido do exercício mantém-se negativo, continuando as amortizações do exercício a ser a causa principal para o desequilíbrio remanescente.

6. Proposta de aplicação de resultados líquidos

Nos termos do ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor negativo de 1.352.347,43 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

FAM – Subscrição de Capital (artigo 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29/12).

Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei 53/2014, de 25/08, através do qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, para um total de 417.857.175,00€.



CARREGAL DO SAL
município

Através desta alteração, nos anos 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

Assim, promoveram os serviços no início de 2018 aos correspondentes acertos contabilísticos, que resultam numa dívida relativa ao FAM de 80.529,00€ a pagar até final do ano 2020, em vez dos 214.742,80€ registados a 31/12/2017.

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2018

Receita

Revisão Nº 1

Código	Classificação Económica Designação	Previsões Actuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas	Observações
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
13	Outras receitas de capital					
1301	Outras					
130199	Outras	1,00	150.476,00		150.477,00	
	Receitas de Capital:	1,00	150.476,00	0,00	150.477,00	
16	Saldo da gerência anterior					
1601	Saldo orçamental	0,00	2.643.222,26		2.643.222,26	
160101	Na posse do serviço	0,00	2.643.222,26	0,00	2.643.222,26	
	Outras Receitas:					
	Total de receitas correntes:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total de receitas de capital:	1,00	150.476,00	0,00	150.477,00	
	Total de outras receitas:	0,00	2.643.222,26	0,00	2.643.222,26	
	Totais:	1,00	2.793.698,26	0,00	2.793.699,26	

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2018

Despesa

Revisão Nº 1

Código	Classificação Económica Designação	Dotações Actuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
01	Administração Autárquica					
0102	Câmara Municipal					
0102 01	Despesas com o pessoal					
0102 0101	Remunerações certas e permanentes					
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	56.000,00	50.000,00		106.000,00	
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho					
0102 01010401	Pessoal em funções	651.000,00	653.000,00		1.304.000,00	
0102 01010404	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trab.	25.000,00	25.000,00		50.000,00	
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	29.000,00	30.000,00		59.000,00	
0102 010113	Subsídio de refeição	100.000,00	100.000,00		200.000,00	
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	100.000,00	150.000,00		250.000,00	
0102 0103	Segurança social					
0102 010301	Encargos com a saúde	35.000,00	25.000,00		60.000,00	
0102 010305	Contribuições para a segurança social					
0102 01030502	Segurança social dos funcionários públicos					
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	159.000,00	150.000,00		309.000,00	
0102 0103050202	Regime Geral	47.000,00	45.000,00		92.000,00	
0102 010308	Outras pensões	14.000,00	7.000,00		21.000,00	
0102 02	Aquisição de bens e serviços					
0102 0201	Aquisição de bens					
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes					
0102 02010299	Outros	3.500,00	3.000,00		6.500,00	
0102 020104	Limpeza e higiene	12.000,00	5.000,00		17.000,00	
0102 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	70.000,00	47.000,00		117.000,00	
0102 020108	Material de escritório	14.000,00	5.000,00		19.000,00	
0102 020112	Material de transporte-Peças	20.000,00	10.000,00		30.000,00	
0102 020113	Material de consumo hoteleiro	200,00	1.000,00		1.200,00	
0102 020118	Livros e documentação técnica	500,00	500,00		1.000,00	
0102 020121	Outros bens	215.000,00	165.000,00		380.000,00	
0102 0202	Aquisição de serviços					
0102 020201	Encargos das instalações	146.000,00	86.000,00		232.000,00	
0102 020210	Transportes	177.000,00	75.000,00		252.000,00	
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	15.000,00	20.000,00		35.000,00	
0102 020219	Assistência técnica	58.000,00	5.000,00		63.000,00	

→ Inicializa-se em 2018
Reforços (15000)

Ano Económico: 2018

Revisão Nº 1

Emitido em: 10-04-2018 15:36:50

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2018

Despesa

Revisão Nº 1

Código	Classificação Económica Designação	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
			Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
0102 07030306	Instalações desportivas e recreativas	497.000,00	90.000,00 → 587.000,00		587.000,00	
	Despesas de Capital:	4.347.365,00	648.016,00	0,00	4.995.381,00	
	Total do Órgão 0102:	6.873.865,00	2.793.698,26	0,00	9.667.563,26	
	Total do Órgão 01:	6.873.865,00	2.793.698,26	0,00	9.667.563,26	
	Total de despesas correntes:	2.526.500,00	2.145.682,26	0,00	4.672.182,26	
	Total de despesas de capital:	4.347.365,00	648.016,00	0,00	4.995.381,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	6.873.865,00	2.793.698,26	0,00	9.667.563,26	

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em de de

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em de de

MODIFICAÇÕES

ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2018
Revisão Nº 1

Obj. Prog.	Projeto	Ano Nº	Sub- ac.	Designação	Classificação Orçamentária	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas												
								Dotação Atual				Ano Corrente- 2018				Anos Seguintes				
								Financ. Definitivo	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definitivo	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definitivo	Financ. Não Def.	Total	2019	2020	2021 e seguintes	
01	001			FUNÇÕES GERAIS				462.515,00	190.000,00	652.515,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	472.515,00	190.000,00	662.515,00				
01	001	2018	2	ADMINISTRAÇÃO GERAL				363.515,00	190.000,00	553.515,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	373.515,00	190.000,00	563.515,00				
01	001	2018	2	Optimização das Condições de Trabalho				35.000,00	90.000,00	125.000,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	45.000,00	90.000,00	135.000,00				
01	001	2018	2	Maquinaria e Equipamento Básico	010207011002	02	01/18/12/21	17.500,00	0,00	17.500,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	22.500,00	0,00	22.500,00				
01	001	2018	2	Ferramentas e Utensílios	0102070111	02	01/18/12/21	7.500,00	0,00	7.500,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	12.500,00	0,00	12.500,00				
02				FUNÇÕES SOCIAIS				6.429.196,00	1.924.209,00	8.353.405,00	738.000,00	-271.000,00	467.000,00	7.167.196,00	1.653.209,00	8.820.405,00				
02	001			EDUCAÇÃO				385.105,00	106.000,00	491.105,00	129.000,00	-106.000,00	23.000,00	514.105,00	0,00	514.105,00				
02	001	2018	6	Conservação e Beneficiação de Edifícios Escolares	010207010305	02	01/18/12/18	1.000,00	0,00	1.000,00	8.000,00	8.000,00	16.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00				
02	001	2018	8	Programa Alimentar a JI e 1.º CEB				59.000,00	40.000,00	99.000,00	47.000,00	-40.000,00	7.000,00	106.000,00	0,00	106.000,00				
02	001	2018	8	Fornecimento de Almoços Escolares	0102020105	03	01/18/12/18	55.000,00	40.000,00	95.000,00	47.000,00	-40.000,00	7.000,00	102.000,00	0,00	102.000,00				
02	001	2018	5007	Transportes Escolares	0102020210	03	01/18/12/18	164.000,00	66.000,00	230.000,00	70.000,00	-66.000,00	4.000,00	234.000,00	0,00	234.000,00				
02	001	2018	5008	Bolsas de Estudo	0102040802	01	01/18/12/18	9.000,00	0,00	9.000,00	4.000,00	4.000,00	8.000,00	13.000,00	0,00	13.000,00				
02	004			ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO				538.600,00	100.000,00	638.600,00	70.000,00	70.000,00	140.000,00	608.600,00	100.000,00	708.600,00				
02	004	2018	12	Aquisição e Expropriação de Terrenos e Edifícios	0102070101	01	01/18/12/21	10.000,00	0,00	10.000,00	70.000,00	70.000,00	140.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00				
02	005			SANEAMENTO				3.302.991,00	1.553.209,00	4.856.200,00	284.000,00	284.000,00	568.000,00	3.586.991,00	1.553.209,00	5.140.200,00				
02	005	2010	20	Reestruturação Sistemas de Tratamento de Efluentes	010207010403	02	01/10/12/19	5.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	20.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00				
02	005	2010	20	Reestruturação e Beneficiação da ETAR's existentes				230,00	1.552.770,00	1.553.000,00	274.000,00	274.000,00	548.000,00	274.230,00	1.552.770,00	1.827.000,00				
02	009			Subsistema de Cabriz	010207010403	02	01/17/12/20	894.000,00	0,00	894.000,00	90.000,00	90.000,00	180.000,00	974.000,00	0,00	974.000,00				
02	009	2015	22	DESPORTO, RECREIO E LAZER				11.000,00	0,00	11.000,00	90.000,00	90.000,00	180.000,00	101.000,00	0,00	101.000,00				
02	11			RESÍDUOS SÓLIDOS	010207030306	02	01/15/12/19	165.000,00	165.000,00	330.000,00	165.000,00	-165.000,00	0,00	330.000,00	0,00	330.000,00				
02	11	2018	20	Recolha de Resíduos Sólidos				165.000,00	165.000,00	330.000,00	165.000,00	-165.000,00	0,00	330.000,00	0,00	330.000,00				
02	11	2018	20	RSU, Resíduos Sólidos Urbanos	0102020225	03	01/18/12/18	75.000,00	75.000,00	150.000,00	75.000,00	-75.000,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00				
02	11	2018	20	Exploração de Sistema	0102020225	03	01/18/12/18	90.000,00	90.000,00	180.000,00	90.000,00	-90.000,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00				
03				FUNÇÕES ECONÓMICAS				745.044,00	1.332.100,00	2.077.144,00	511.016,00	-150.000,00	361.016,00	1.256.080,00	1.182.100,00	2.438.180,00				
03	001			AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILV., CAÇA E PESCA				30.000,00	0,00	30.000,00	65.000,00	65.000,00	130.000,00	95.000,00	0,00	95.000,00				
03	001	2018	5014	Apelo à Reforestação do Concelho	0102020121	03	01/18/12/18	5.000,00	0,00	5.000,00	15.000,00	15.000,00	30.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00				
03	001	2018	5017	Limpeza de Matos e Abertura de Faixas de Protecção Florestal em Substituição de Particulares	0102020220	02	01/18/12/18	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	100.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00				
03	002			INDÚSTRIA E ENERGIA				479.020,00	250.000,00	729.020,00	253.500,00	-150.000,00	103.500,00	732.520,00	100.000,00	832.520,00				
03	002	2015	11	Eficiência Energética				319.020,00	100.000,00	419.020,00	83.500,00	83.500,00	167.000,00	402.520,00	100.000,00	502.520,00				
03	002	2015	11	Melhoria da Eficiência Energética no Edifício das Piscinas Municipais	010207010406	02	01/15/12/19	318.000,00	0,00	318.000,00	20.000,00	20.000,00	40.000,00	338.000,00	0,00	338.000,00				
03	002	2015	11	Aquisição de Iluminação de Tecnologia LED	010207010404	02	09/15/12/19	500,00	100.000,00	100.500,00	63.500,00	63.500,00	127.000,00	64.000,00	100.000,00	164.000,00				
03	002	2018	22	Iluminação Pública				155.000,00	150.000,00	305.000,00	305.000,00	-150.000,00	155.000,00	305.000,00	0,00	305.000,00				
03	002	2018	22	Consumo Energético da Iluminação Pública	0102020225	03	01/18/12/18	150.000,00	150.000,00	300.000,00	170.000,00	-150.000,00	20.000,00	320.000,00	0,00	320.000,00				
03	003			TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				236.019,00	328.100,00	564.119,00	192.516,00	192.516,00	385.035,00	428.635,00	328.100,00	756.635,00				
03	003	2017	9	Caminho das Moitas em Fais da Telha	010207030301	02	01/17/12/18	5.000,00	0,00	5.000,00	70.000,00	70.000,00	140.000,00	75.000,00	0,00	75.000,00				
03	003	2017	22	Rua Principal em Pinheiro	010207030301	02	01/17/12/18	4.484,00	0,00	4.484,00	12.516,00	12.516,00	25.032,00	17.000,00	0,00	17.000,00				

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Obj. Prog	Projeto	Aç. Sub ac.	Designação	Classificação Orçamentar	Resp.	Datas (Mês/Ano)	Despesas												
							Ano Corrente - 2018						Anos Seguintes						
							Dotação Atual			Modificação			Dotação Corrigida						
Org.	Econômica	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2019	2020	2021	2022 e seguintes						
03	003	2018.31	Reparação de Parte do Troço da Estrada de Pinheiro	010207030301	02	06/18/12/19			0,00	0,00	20.000,00 ✓	20.000,00	0,00	20.000,00					
03	003	20185015	Sinalização do Concelho	010202020121	03	01/18/12/18			20.000,00	0,00	20.000,00 ✓	110.000,00	0,00	110.000,00					
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - G.O.P.							948.214,00	2.073.770,00	3.021.984,00	12.580.015,00	421.000,00	2.207.230,00	1.652.770,00	3.880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ORGÃO EXECUTIVO

ORGÃO DELIBERATIVO